

# VIVER, OUVIR E APRENDER: O OUTRO NAS ENTREVISTAS COM A HISTÓRIA ORAL

Dr. Francisco Alcides do Nascimento<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo, discorremos sobre a relação entre História Oral e Ética, procurando focar nossa trajetória e experiência com a metodologia. Para tanto, utilizamos como base duas entrevistas, cujo modelo empregado para ambas foi a trajetória de vida. A primeira entrevista foi realizada com Joel Ribeiro, e tem relação com o Projeto de pesquisa “Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: a modernização da cidade sob o Estado autoritário”. A segunda entrevista, feita com Carivaldo Marques, tem conexão com o Projeto “Sentimentos e ressentimentos dos pobres urbanos em Teresina na década de 1970”. Estes projetos foram desenvolvidos no Núcleo de História Oral (NHO) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e contaram com o apoio do CNPq. Deste modo, procuramos dialogar com autores que discutem História, História Oral, Memória e Esquecimento, além daqueles que produziram manuais que orientam o trabalho com entrevistas que empregam a metodologia da História Oral.

**Palavras-Chave:** História; História Oral; memória e ética.

## LIVING, LISTENING AND LEARNING: THE OTHER IN ORAL HISTORY INTERVIEWS

**Abstract:** In this article, we discuss about the relationship between Oral History and Ethics, trying to focus our history and experience with the methodology. Therefore, we use based on two interviews, the model was used for both the history of life. The first interview was conducted with Joel Ribeiro, and is related to the research project "Teresina golden years of the years of lead: the modernization of the city under the authoritarian state." The second interview, conducted with Carivaldo Marques, has connection with the Project "Feelings and resentment of the urban poor in Teresina in the 1970s." These projects were developed at the Center for Oral History (NHO), Federal University of Piauí (UFPI) and had the support of CNPq. Thus, we seek dialogue with authors discussing History, Oral History, Memory and Forgetting in addition to those produced manuals that guide the work with interviews employing the Methodology of oral history.

**Keywords:** History; Oral History; memory and ethics.

---

<sup>1</sup> Professor na Universidade Federal do Piauí/Departamento de Geografia e História e Programa de Pós-Graduação em História Rua Alaíde Marques, 1280. Bl. A - Apto. 102 - Portal da Universidade / Bairro Ininga / CEP: 64049-790. Teresina-PI. E-mail: falcide@uol.com.br / telefone (86)9906-5030. O texto tem relação com minha prática com a Metodologia da História Oral e tem como suporte entrevistas realizadas em projetos que receberam apoio do CNPq.

Neste artigo, pretendemos discutir a relação entre História Oral e Ética, assunto que motivou a comunicação entre historiadores que empregaram a metodologia, durante o ano de 2012, em eventos promovidos pela Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Esses historiadores têm sido obrigados a submeter seus projetos a Comitês de Ética, criados nas universidades, centros de pesquisas, dentre outros. A preocupação é compreensível; entretanto, os pesquisadores que empregam a entrevista, montada com base na metodologia da História Oral, cultivaram, até onde minha experiência alcançou, o respeito ao entrevistado; como recomenda Portelli, o historiador tem a responsabilidade não só de obedecer a normas confiáveis, quando coligem informações, como também de respeitá-las, quando chegam a conclusões e fazem interpretações – correspondam estas ou não a seus desejos e expectativas (PORTELLI, 1997, p.13). Neste caso, o “Termo de concessão” tem sido um instrumento confiável, depois de assinado, pode ser levado a um cartório para o reconhecimento da firma do entrevistado.

Acrescentamos, ainda, que a ética deve atravessar nossas vidas em todos os campos, em todos os lugares, durante todo o tempo, como um modo de vida. Neste sentido, a historiadora Janaína Amado, que trabalha com a metodologia da História Oral, afirma:

Conversar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre as pessoas e personagens históricos[...], mas trará consequências imediatas para a existência dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais (AMADO, 1997, p.146).

Para alcançar o objetivo proposto, tomamos a experiência com a metodologia, historicizando nossa própria trajetória como pesquisador, desde 1985, quando passamos a fazer parte do Núcleo de História Oral da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais (Fundação CEPRO). No começo da década seguinte, fomos para a Universidade Federal do Piauí, e ali continuamos a lidar com a metodologia, ajudando, inclusive, a criar o Núcleo de História Oral da instituição. Em 1995, afastamo-nos da sala de aula para cursar a Pós-Graduação em nível de Doutorado, voltando às atividades didático/pedagógicas em 1999, no Departamento de Geografia e História da UFPI.

De volta às atividades didático/pedagógicas, montamos o projeto “Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: a modernização da cidade sob o Estado autoritário”, projeto que permitiu a realização de entrevistas com construtores da cidade, oriundos de

distintos segmentos sociais. As pesquisas foram determinantes para a formação dos primeiros mestres sob nossa orientação. *Pari passu* ao projeto indicado, realizamos pesquisas sobre o *Rádio* no Piauí (NASCIMENTO, 2004). Então, resolvemos nos candidatar a uma bolsa de produtividade no CNPq, construímos o projeto “Sentimentos e ressentimentos dos pobres urbanos em Teresina na década de 1970”. Por meio deste projeto, com recorte temporal ampliado para a década de 1980, manteremos a bolsa de produtividade até 2014.

Conforme dito, em todos os projetos indicados na página anterior deste artigo, empregamos a metodologia da História Oral, o que resultou em relevante acervo sobre a cidade, sobre o rádio. Todo esse material foi depositado no Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí, onde pesquisadores, alunos da Graduação, da Iniciação Científica e da Pós-Graduação (Mestrado) têm lançado mão para a construção de seus respectivos trabalhos. Deste modo, é a partir desta experiência que pretendemos discutir a questão da ética na História Oral, utilizando algumas das entrevistas.

Acrescentamos que, ao iniciar as atividades como pesquisador do Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO, o manual que orientava os estudos ali desenvolvidos era o montado pelo Centro de Pesquisas e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC); neste manual, Aspásia Camargo(2004, p.14) relata ter cabido à Verena Alberti a “[...]missão difícil de consolidar neste volume as práticas e a experiência acumulada em nosso programa, que resultaram tanto dos êxitos quanto dos erros – do aprendizado por nós aprendido”.

O Núcleo de História Oral da CEPRO seguiu as pegadas dos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas. Segundo Aspásia Camargo (2004,p.14):

[...] cabe registrar que este manual foi construído a partir de uma experiência exaustiva [...]. Seu objetivo é atender aos inúmeros pesquisadores e instituições que nos têm procurado nos últimos anos, para solicitar instruções básicas e a partir das quais possam construir seus próprios programas.

No projeto que deu origem ao Núcleo da CEPRO, foi registrada a pretensão de produzir deliberadamente fontes orais, empregando a História Oral que permitissem ajudar na construção de narrativas históricas, quando os dados necessários não tivessem sido encontrados em documentos de outra natureza”. Podemos chegar a tal conclusão por meio da proposta de construir um acervo que fosse empregado pelas “ciências humanas”.

Pressupomos que os pesquisadores que compuseram o NHO-CEPRO, logo no seu início, tenham encontrado determinados acontecimentos, na História do Piauí contemporâneo, obscurecidos pela falta e/ou exígua documentação oficial. Acrescentamos a isso que as fontes hemerográficas (jornais, revistas, anuários, almanaques, dentre outras) nem sempre estiveram disponíveis. Daí acreditarmos que as entrevistas pudessem lançar luz sobre eles. Também podemos raciocinar que os autores do projeto tenham decidido ouvir experiências pessoais, impressões particulares. José Luciano de Mattos Dias(1994, p. 2) afirma que “[...]o registro oral mostra-se a única possibilidade de recuperar um passado que, apesar de recente, deixou poucos traços”. Tenho cá comigo minhas dúvidas se o verbo recuperar é adequado, quando trabalhamos com a memória. Talvez fosse interessante lembrar da lição de Walter Benjamin, quando declara: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo tal como ele propriamente foi. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo.”

Na justificativa do projeto encontramos o seguinte argumento: “tomamos como base a inexistência no Piauí de qualquer tradição, na elaboração de memórias e autobiografias que pudessem preservar o testemunho de autores da nossa história”. Exiguidade de fontes de pesquisa para o período republicano. Os autores pretendiam construir “[...]um acervo de memórias e depoimentos coletados de forma criteriosa, o que poderia amenizar consideravelmente o problema da precariedade das fontes primárias”(CEPRO, 1989. p.3). Aqui encontramos certa aproximação entre a proposta do CPDOC e a do Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO. A professora Aspásia Camargo (1981, p. 2) registrou que a implantação do Centro tinha como objetivo “[...] complementar o acervo de documentos que já dispúnhamos com depoimentos gravados que nos permitissem aprofundar o estudo da política brasileira em seu período recente, isto é, de 1930 aos nossos dias”. Essa vivência e a participação em eventos nacionais e regionais nos levaram à Associação Brasileira de História Oral,<sup>2</sup> Regional Nordeste, em duas oportunidades.

Durante todo o período, o respeito aos que se dispuseram a tratar de suas lembranças conosco, ou seja, relatar seu passado a um estranho, direcionou nossa relação com os entrevistados. Sobre esse passado, pensamos como Harold Pinter (apud LOWENTHAL, 1998, p.75): “você lembra, imagina que lembra, convence a si mesmo

---

<sup>2</sup>A Associação Brasileira de História Oral (ABHO) foi criada no Rio de Janeiro, em 1994, por ocasião da realização do II Encontro Nacional de História Oral.

que lembra ou finge lembrar”, e acreditamos que isso deve ser respeitado. Verena Alberti (2004, p.24), por seu turno, avalia que atuar nesse campo exige do pesquisador o respeito ao outro, “por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados”. O entrevistado possui visão de mundo diferente da nossa, construída por meio de experiências vivenciadas, por ter ouvido tratar dos contemporâneos, ligados a familiares ou grupo social ao qual pertencia/pertence. Esta reflexão obriga os historiadores que lidam com a metodologia da História Oral a pensar no mundo das subjetividades em que atuam.

Precisamos lembrar, entretanto, que não botamos um gravador debaixo do braço, e saímos por aí a fazer entrevistas de forma aleatória. Construimos um projeto de pesquisa a partir do qual se delineiam caminhos a serem percorridos, visando sua terminalidade. Projetamos objetivos que, por sua vez, orientam para contatos com os possíveis entrevistados. Alberti (2004, p.21) afirma que é “Impossível, a nosso ver, realizar uma ou mais entrevistas de História Oral sem que se tenha um projeto de pesquisa, com hipóteses, objetivos e uma orientação teórica definida”.

Um passo à frente é a pesquisa sobre os entrevistados, sem esse trabalho não existe entrevista. Conhecer minimamente o contexto no qual atuaram os entrevistados é absolutamente necessário. Alberti (2004, p. 23) destaca que em uma “situação de entrevista privilegia-se, é claro, a biografia e a memória do entrevistador.” É por meio do passado que nos lembramos das coisas, “nele lemos ou ouvimos histórias e crônicas e vivemos entre relíquias de épocas anteriores. O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo de tempos pretéritos” (LOWENTHAL, 1998, p. 75).

Retomamos a opinião de Verena Alberti, quando esta defende que quem trabalha com metodologia da História Oral privilegia a biografia e a memória dos entrevistados. Tomamos esta última expressão porque sua relação com a História recebeu muita atenção dos historiadores nas últimas décadas. Henry Rousso, em texto produzido em 1992, destacou “que a memória no sentido básico do termo é a presença do passado” (ROUSSO, 1996, p. 94). Este autor, na tentativa de definir o que seja memória, afirma que se trata de uma “reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”(ROUSSO, 1996, p. 94). Esta proposição nos remete para o que Maurice Halbwachs defendeu, registrando que

nossas lembranças permanecem coletivas, elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais somente [nós] estivemos envolvidos, e com objetos que somente [nós] vimos. Na realidade, “nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Na entrevista que realizamos com o ex-prefeito de Teresina, Joel Ribeiro (1971-1975), em 2006, tentamos entender sua articulação com o poder político nacional, mais precisamente sua relação com as elites políticas locais, quando de sua indicação para ocupar a Prefeitura de Teresina. Sobre este fato, ele nos disse:

Como naquele tempo a escolha dos governadores era decidida pela guarnição, ampliou-se o horizonte e a escolha do prefeito Joel também ocorreu dentro do mesmo princípio. Portanto, eu devo ao Exército a minha educação, a minha formação profissional, grande parte da formação do meu caráter, a experiência, a formação de engenheiro, a experiência como engenheiro, e finalmente, mesmo quando fui pra reserva, eu devo ao Exército a minha nomeação para prefeito de Teresina. Eu sou um fiel legionário do Exército brasileiro, com muita honra, com muito orgulho, não só por esses fatos que eu estou dizendo, minha gratidão pessoal à instituição, mas por saber que o Exército erra, mas, sempre pensa certo, ele erra na execução, ele erra no varejo, mas, acerta no atacado. É como eu vejo o Exército, vocês desculpem eu estar falando, mas que fique esse meu registro, uma instituição séria, gloriosa, com valores morais, as pequenas coisas se erros houve, sempre haverá erros, são pequenos face a grandeza do Exército, das atitudes, das realizações, é assim, que eu vejo a minha instituição da qual eu não me desliguei nunca (RIBEIRO, 1996).

Joel Ribeiro descarta a intervenção dos grupos políticos do Piauí em sua indicação para assumir a Prefeitura de Teresina, atribuindo a decisão ao Exército, “esquecendo-se” de que o governador do Estado, o Sr. João Clímaco de Almeida, o havia convidado para ser o prefeito, quando este assumiu o governo, em substituição ao titular Petrônio Portella Nunes. Enfatiza que deve sua indicação para administrar a capital do Piauí ao Exército. Manifesta sua gratidão à instituição; mesmo o Brasil vivendo sob o regime democrático, faz questão de frisar que o golpe de março de 1964, embora sem citar o acontecimento de forma clara, foi uma ação acertada. Pede desculpas pelos elogios feitos ao Exército, mas considera que a instituição “erra no varejo, mas acerta no atacado”; portanto, justifica o que chamou de erros, considerando-os pequenos frente à grandeza do Exército.

Sobre o primeiro de abril de 1964, quando lhe foi solicitado que representasse suas impressões:

De uma hora para outra, depois do dia um de abril, prefiro um de abril, porque primeiro parece mentira, do dia um de abril em diante a cidade percebeu, a sociedade percebeu que novas regras já estavam instaladas naquele momento, eu digo que pessoas intocáveis, certas autoridades locais, ouviu, estavam estarecidas, no seu apoio, na maneira de agir, e eram atingidas pela ação, pela ação do governo militar, é claro que a sociedade entrou em pavorosa, eu não vou dizer nomes, mas nós sabemos quem eles são, quer dizer, havia pessoas intocáveis, filhos de ex-governadores e de famílias tradicionalíssimas que foram presas. Ora, naturalmente, se isso podia acontecer, esse poder que fazia essas coisas era muito forte, todos puderam ver. O povo não é tolo, o povo compreende. Então houve realmente essa sensação de mudança e foi logo, essa sensação de mudança foi imediata, a imprensa também só podia dizer certas coisas e impedida de dizer outras. Isso tudo pesa muito, ouviu, até mesmo as pessoas que faziam suas colunas em jornal, que já não era da conveniência de que eles continuassem a fazer, tudo isso muda muito o cotidiano da cidade. Coluna de jornal, colunas de rádio, rádio diária, tudo isso mudou muito. E havia também aquilo, que é preciso que se diga, os militares não tinham uma noção de marketing, não é da natureza militar o autoelogio. Então, levou muito tempo pra que as coisas comesçassem a mudar nesse sentido. E eu creio que o Marechal Castelo Branco, primeiro presidente, que no fundo era um democrata, posso vos dizer isso, era um democrata, um homem que tinha uma visão política diferente de um outro pensamento do segmento dominante, ele era presidente porque tinha que ser ele, por várias razões que não interessa discutir. Mas, havia certamente, havia com toda certeza, um segmento grande com o pensamento mais rigoroso, do que devia ser feito. E o presidente Castelo Branco teve que ceder a muitas dessas pressões, o AI-2 é um reflexo disso, a escolha do General Costa e Silva, o segundo presidente, é um reflexo disso. Não obstante, o Marechal Castelo Branco era da maior amizade com o General Costa e Silva, o general Costa e Silva não era o candidato dele à presidência, mas eles eram amigos, porque são da mesma turma da escola militar e em vinte e dois, como tenentes foram presos juntos, estiveram durante meses presos(RIBEIRO, 1996).

Embora não concordasse com o Major Joel Ribeiro, como propõe Alessandro Portelli, mantivemos o bom senso, afinal, não conhecíamos o entrevistado. Ele não tinha obrigação de nos conceder entrevista. Procurei deixá-lo à vontade para narrar sobre a instituição a qual pertenceu e serviu durante muito tempo. Há uma lição que todos os historiadores que empregam a metodologia da História Oral para a construção de fontes precisam aprender: “A arte essencial para o historiador oral é a arte de ouvir”(PORTELLI, 1997, p. 22). Apesar de termos construído um roteiro de entrevistas que orientasse o trabalho com o entrevistado, não tínhamos a intenção de conduzir a entrevista, ao contrário, interessava-nos ouvi-lo tratar de sua experiência e visão sobre o passado. “Não cabe, em uma entrevista de História Oral, induzir o depoente a concordar

com nossas próprias ideias sobre o assunto” (ALBERTI, 2004, p. 120). Ainda sobre a mesma questão, devemos levar sempre em conta:

Quando o entrevistado nos deixa antever determinadas representações características de sua geração, elas devem ser tomadas como fatos, e não como “construções” desprovidas de relação com a realidade. É claro que a análise desses fatos não é simples, devendo-se levar em conta a relação de entrevista, as intenções do entrevistado e as opiniões de outras fontes (inclusive as entrevistas). Antes de tudo, é preciso saber “ouvir contar”: apurar o ouvido e reconhecer esses fatos, que muitas vezes podem passar despercebidos (ALBERTI, 2004, p.10).

Convém acrescentar que nos preparamos para a realização da entrevista, em primeiro lugar, porque ela fazia parte do projeto “Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: a modernização da cidade sob o Estado autoritário”. Conforme mencionado, fizemos pesquisas sobre a trajetória e o contexto no qual atuou o entrevistado, considerando sua biografia. Para o projeto como um todo montamos um roteiro geral de entrevista; e, para a entrevista com o major Joel Ribeiro, um roteiro específico. Sabíamos que ele havia participado da instalação do golpe de 1964 na cidade, como oficial da ativa no Segundo Batalhão de Engenharia e Construção, sediado em Teresina, mesmo que tenha negado a participação direta do Batalhão na instalação do governo militar, dizendo que a instituição não tinha tempo. Entretanto, relata que foi ouvido:

Às vezes, eu participava de conversas com oficiais que decidiam dentro da guarnição, porque eles queriam saber o pensamento do Batalhão de Engenharia, e nisso, eu era uma espécie de interlocutor, dentre os oficiais, não era só eu, mas era ouvido, por ser um dos mais antigos dentro do quartel, só tinha mais antigo do que eu o Comandante e o Subcomandante, e então eu era ouvido principalmente por colegas, contemporâneos de escola militar, que participavam ativamente dessas decisões (RIBEIRO, 1996).

Joel da Silva Ribeiro destaca sua linhagem familiar tradicional do Piauí: “[...] tenho trezentos anos de Piauí, minha família descende da família que fundou Jerumenha, trezentos anos, se não tem trezentos, tem pelo menos duzentos e oitenta”(RIBEIRO, 1996). Faz questão de manifestar seu orgulho: “Eu acho que pertencer às famílias antigas é um patrimônio, e é uma coisa que você tem que zelar por isso e honrar, dignificar”(Id. ibid.). Família que possuía grandes extensões de terras na região Sul do Estado, com inserção na vida político/partidária do Piauí, antes do golpe e

de ter se destacado na construção de estradas e pavimentação asfáltica destas em território piauiense. Foi sob o seu comando que as primeiras avenidas de Teresina receberam cobertura asfáltica.

Parece desnecessário lembrarmos de que o major Joel Ribeiro pretendeu valorizar o papel do Exército em sua indicação para a Prefeitura de Teresina; ela está relacionada a outros fatores, silenciados intencionalmente ou não. Mas deixa claro que não sabia de qualquer reação publicizada com relação à sua provável indicação:

Não, não houve tensão nenhuma, havia uma mediocridade concedida até então, desculpe a franqueza, havia uma mediocridade concedida na política, com relação a Teresina que meu nome foi acolhido por todas as áreas, inclusive política, não houve nenhum veto de pessoa alguma no quadro político, porque não havia uma razão pra vetar Joel Ribeiro, então não houve nenhum zum, zum, nenhum ruído, claro que depois de um certo momento, o nome transpirou que o prefeito seria eu, sem dúvida nenhuma transpirou, eu sei que transpirou, mas ninguém tinha nem coragem de tocar isso pra mim. Os que sabiam, sabiam, mas quem viria falar comigo, nem a mim cabia um tipo de conversas dessas, aprioristicamente porque elas queimam um cidadão. Mas as coisas correm e em política não tem segredos, tudo que acontece em política é impossível haver segredos. Mas não havia um veto de ninguém, porque havia uma carência em Teresina de muitas coisas, e eu, naquele momento, era uma pessoa adequada. Eu já vos disse isso e repito, eu era naquele momento uma pessoa adequada, preparada para o exercício da função. Não houve no mundo civil, vamos dizer, nas hostes políticas, nas correntes políticas, não houve nenhuma restrição a meu nome. Sabiam, calados estavam, calados ficaram, foi assim que as coisas aconteceram (RIBEIRO, 1996).

O modelo de entrevista escolhido para o projeto foi a trajetória de vida,<sup>3</sup> por permitir que os pesquisadores obtenham informações mais amplas sobre o perfil dos entrevistados, tratando das diversas atividades e experiências dos indivíduos que se dispuseram a narrar suas próprias vidas, o que não é o caso das entrevistas temáticas.<sup>4</sup> Acrescentamos a isso, o fato de maior interferência do entrevistador, diferentemente da entrevista de história de vida.<sup>5</sup> No caso da entrevista do major Joel Ribeiro, ela se

<sup>3</sup> As trajetórias de vida são depoimentos de histórias de vida mais sucintos e menos detalhados. A opção por essa modalidade de entrevista acontece quando o depoente dispõe de pouco tempo para a entrevista, mas o pesquisador considera importante para os objetivos de a pesquisa recuperar sua trajetória de vida (Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 23).

<sup>4</sup> As entrevistas temáticas discorrem sobre experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados (Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 22).

<sup>5</sup> Esta modalidade de entrevista constitui-se de depoimentos aprofundados, e, normalmente, mais prolongados, orientados por roteiros abertos, semiestruturados ou estruturados, que objetivam reconstituir, por meio do diálogo do entrevistador com o entrevistado, a trajetória de vida de determinado

constituiu de três sessões, realizadas em sua residência, exigência feita pelo entrevistado, mesmo já estando na reserva e afastado das disputas político/partidárias. O local reunia boas condições para a gravação. Em alguns momentos, o filho, que ainda morava com o casal, participou fazendo pequenas intervenções, fato que não chegou a atrapalhar a gravação.<sup>6</sup> Consideramos que o melhor local para a gravação de uma entrevista é onde o entrevistado sente-se bem, desde que o ambiente possua boas condições de trabalho.

O entrevistado avalia que sua indicação para a Prefeitura de Teresina não recebeu nenhum veto, argumentando que era a pessoa talhada para a função a qual estava sendo indicado. Destaca que, do “mundo civil”, não recebeu qualquer restrição, nem poderia, uma vez que a imprensa no Brasil e no Piauí vivia sob forte censura, e ele era um militar de carreira que estava sendo indicado. Ao concluir o assunto, narrou, com muita convicção, que, se alguém sabia, calado estava, calado ficou.

Os recortes da entrevista de Joel Ribeiro, “colados” ao texto, mostram passagens que indicam a intenção de o narrador informar que fazia parte dos grupos políticos, econômicos e sociais que haviam chegado ao poder no momento de sua indicação para a Prefeitura de Teresina; tinha a força, pelo menos do ponto de vista do entrevistado; podia impedir que notícias contrárias ao regime fossem publicadas. A imprensa podia dizer certas coisas, outras não. Pretendeu reforçar o papel desempenhado pelo Exército como guardião da pátria, que, mesmo cometendo erros, como avaliou que os cometeu, era uma instituição gloriosa, com valores morais e atitudes realizadoras. Fica a impressão de que o narrador pretendeu, na entrevista, registrar certa identidade da instituição a qual pertence e da qual “nunca se desligou”. É como se, olhando para o passado, ele tentasse dizer que permaneceu o mesmo e se conscientiza de sua identidade, preservada ao longo do tempo. Expõe de forma clara o sentimento de pertença.

O ex-prefeito de Teresina considera que sua família foi uma das primeiras ocupantes do território do Piauí, por conseguinte, pertence a uma família tradicional, que fundou uma das primeiras cidades piauienses, Jerumenha. Destaca a família Rocha como mais importante desta localidade. O Joqueira era sobrinho do senador da

---

sujeito (anônimo ou público), desde sua mais tenra infância até os dias presentes (Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo identidades. 2. ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2010. p. 21).

<sup>6</sup> Ricardo Alaggio é professor da Universidade Federal do Piauí, Departamento de Ciências Econômicas. Sua tese de doutorado intitula-se “A Aliança para o progresso, acordo realizado entre Brasil e Estados Unidos” no início da década de 1960.

República João Cabral da Rocha, que deu nome a Avenida João Cabral em Teresina. Observemos o depoimento de Joel Ribeiro:

As pessoas perguntam como Joqueira foi governador. Foi porque tinha um capital familiar. Um tio seu foi senador da República e tinha muito prestígio. Outro tio era o pai do doutor José Marques Rocha, médico. O respaldo da família é um patrimônio. Perscrutando livros que historicizaram as legislaturas do Piauí no período Império, encontrou três tios bisavôs deputados por Jerumenha (RIBEIRO, 1996).

O governador João Clímaco de Almeida, popularmente conhecido por Joqueira, foi deputado estadual em várias legislaturas, vice-governador e governador. “Então, isso é um ciclo. O Joqueira tinha ligações comigo. Pessoalmente ele era muito meu amigo. Sim senhor” (RIBEIRO, 1996). Por fim, depois que saiu da Prefeitura Municipal de Teresina, Joel Ribeiro foi, também, deputado federal. Formou-se em Engenharia, e sua trajetória, antes de iniciar o mencionado curso, tem início no Ceará. Ao concluir essa etapa, deslocou-se para o Rio de Janeiro, para a antiga Escola Militar de Resende – posteriormente AMAN.

Daí eu fui pro Rio Grande do Sul, pra Cachoeira do Sul, Terceiro Batalhão de Engenharia de Combate. De lá, eu fui pra Companhia de Comunicações. Nessa época, a arma de comunicação fazia parte da engenharia. Eu fui pra uma Companhia em São Leopoldo, trinta e dois quilômetros de Porto Alegre. Eu fui promovido, com dois anos de Oficial, fui promovido a Primeiro Tenente e transferido pro Primeiro Batalhão Ferroviário. Eu passei quatro anos em Bento Gonçalves, uns três anos e nove meses, no Primeiro Ferroviário, tocando obra, grande parte do tempo prestando serviço. Construindo obra, mas não era engenheiro. Aí, volto pra Cachoeira, de propósito. Eu pedi Cachoeira porque lá a vida era mais serena e eu tinha que fazer concurso do IME, pra engenharia, pra ser engenheiro. Em Cachoeira, eu passei pro IME, eu já tinha sete anos de oficial, quando fui cursar o IME, quatro anos de curso de engenharia (RIBEIRO, 1996).

Depois de formado, trabalhou em vários Estados do Brasil, antes de ser transferido para o Piauí. Aqui, construiu a imagem de um engenheiro politicamente articulado, trabalhador e competente. Daí, nos recortes da entrevista, por nós aqui apontados, narra a própria vida, passa a preocupar-se em construir certa identidade, a de um técnico com perfil para assumir o comando da principal cidade do Piauí. Como defende Lucília de Almeida Neves Delgado (2010), “no processar da recordação estão presentes diferentes dimensões de tempo, que constituem a dinâmica das trajetórias

individuais e coletivas dos sujeitos da História. São os chamados tempos vivos, que comportam em si referências identitárias” (DELGADO, 2010, p. 46).

A forma pela qual Joel Ribeiro narra a sua constituição como engenheiro e gestor público nos possibilita pensar como o fez Michael Pollack, quando tenta “apreender, nos vestígios da memória, aquilo que pode relacioná-los, principalmente, mas não exclusivamente, com a memória política” (POLLACK, 1992, p. 209). Entretanto, como este mesmo autor argumenta, “existem elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças” (Id. *ibid.*). Dificilmente Joel Ribeiro deixaria de lembrar-se ou modificaria seu pertencimento a uma família tradicional, papel destacado em sua formação. Reportamo-nos a Pollack por considerar que uma de suas conclusões nos fez ler e entender melhor a entrevista do ex-prefeito de Teresina. Este autor defende que a “memória é um elemento constituinte do sentimento de pertencimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLACK, 1992, p. 209).

Joel Ribeiro defende a intervenção dos militares em 1964, e argumenta que foi um contragolpe. À época da entrevista, pedimos sua opinião sobre o golpe. Imediatamente, ele disse: “Eu aceitaria se o senhor dissesse o contragolpe”. Neste contexto, consideramo-nos inábeis, mas não poderíamos nomear o que a maioria dos militares, aliados a grupos mais conservadores da sociedade civil, fez em 1964, a não ser de golpe. Entretanto, nossa presença ali tinha como objetivo a realização de uma entrevista.

Convém enfatizar que nos deveríamos comportar como entrevistador; assim, quando o entrevistado se reporta ao Marechal Castelo Branco, o representa como um democrata. Defende que Castelo Branco pertencia a uma tendência na caserna, que possuía ideias menos rigorosas em relação às medidas que deveriam ser tomadas. A maioria dos militares que havia chegado ao poder defendia medidas mais duras. Naquele momento – disse o major – “tinha que ser ele, por várias razões que não interessam discutir”. O fim da frase não deixa dúvida de que não pretendia tratar do assunto. Uma das questões fundamentais para quem trabalha com a metodologia da História Oral é aprender que o silêncio pode informar mais do que muitas palavras. Sobre esta compreensão, Luisa Passerini, em obra publicada no Brasil e intitulada *A memória entre política e emoção*, destaca a “presença de silêncios na narração, silêncios

que se expressam, muitas vezes, tanto na recordação individual quanto nos corpos da memória coletiva. Na História Oral, os silêncios são, em sua maior parte, relativos – nunca absolutos” (PASSERINI, 2011, p.9). Os atores são outros, os países são diferentes. Mas há assuntos políticos sobre os quais aqueles que os vivenciaram não se sentem dispostos a abordá-los.

Ainda sobre a mesma questão, acreditamos ser necessário lembrarmos das transformações pelas quais a produção historiográfica passou a partir dos anos de 1970. Eugênia Meyer, por exemplo, destaca que, a partir daquela década, os historiadores se propõem a pensar a produção historiográfica de forma distinta daquela que vinham realizando “[...] Já não se tratava de buscar a verdade, mas de atender, escutar e observar as diferentes verdades que provocavam o anseio de compreender a nós mesmos, em nosso duplo desempenho como historiadores e protagonistas” (MEYER, 2009, p. 35). Destaca ainda que nós, os historiadores, tivemos que “descobrir” outros caminhos teórico/metodológicos, uma vez que as ferramentas com as quais trabalhávamos não mais davam conta da complexidade do mundo no qual estávamos inseridos, ressaltando:

[...] vimos a imperiosa necessidade de buscar novas formas de estudar o passado, talvez de maneira menos vaidosa, menos ambiciosa; no entanto, mais próxima da compreensão, que, sem deixar de ser “rigorosa e científica”, tentasse, pelo menos, ser mais acessível, e, por que não, também mais livre (MEYER, 2009, p. 38).

Ao trabalhar com as vivências, conforme vimos fazendo a partir da entrevista de Joel da Silva Ribeiro, não nos cabe julgar suas escolhas político/ideológicas; tentamos compreendê-las e interpretá-las. Afinal, qual a razão para tomar uma entrevista do ex-prefeito de Teresina, a não ser a de compreender suas razões, mesmo que não concorde com elas? Como nos ensina Meyer (2009), não podemos nem devemos ignorar as histórias, nos esquivar do passado, relegar os mortos e seguir caminhando em frente, sem remorsos, livres de toda culpa. “Estivemos dispostos a enfrentar empecilhos e surpresas, vencer obstáculos, infâmias, fracassos, venturas e desventuras, para valer-mos de novas formas de ver o mundo, de entender nosso passado e construir o presente” (MEYER, 2009, p. 38).

Voltando a dialogar com Joel Ribeiro, este defende que as negociações que culminaram com a indicação de Castelo Branco determinaram que o grupo ao qual pertencia teve que fazer concessões, uma vez que o citado presidente foi obrigado a

ceder a pressões. Em sua opinião, o AI-2 e a escolha do general Costa e Silva para ocupar o cargo de presidente, substituindo-o, resultaram de “negociações” no interior das Forças Armadas.

A forma como Joel Ribeiro defende a instituição a qual pertenceu/pertence nos reporta à Ângela de Castro Gomes, quando esta defende que a memória é um trabalho.

Como atividade, ela refaz o passado, segundo os imperativos do presente de quem rememora e ressignifica as noções de tempo e espaço, selecionando o que vai e o que não vai ser “dito”, bem longe, naturalmente, de um cálculo apenas consciente e utilitário (GOMES,1996).

Mas a postura do ex-prefeito também nos remete ao que Michel Pollack chama de “enquadramento da memória”. O autor em tela recorta esse trabalho de enquadramento da memória, e registra, de modo específico, que a memória política pode ser motivo de disputa entre várias organizações. No caso brasileiro, os setores desta sociedade, bem mais a esquerda, defendem que a intervenção realizada pelas Forças Armadas e os setores civis mais conservadores impingiram ao conjunto da sociedade brasileira um golpe de Estado. As Forças Armadas, por meio de seus intelectuais orgânicos, defendem, por seu lado, que a intervenção realizada foi um contragolpe.

O cenário político da sucessão de Castelo Branco por Costa e Silva, na opinião de Joel Ribeiro, já apontado no texto, não parece tão simples; pelo menos é esta a opinião do historiador João Roberto Martins Filho, quando nos lembra de que, com a morte de Humberto de Alencar Castelo, ocorrida logo no início do governo do Marechal Costa e Silva, “os castelistas ficaram temporariamente afastados do centro do cenário político. Assim, é impossível defender que a dinâmica político/militar desses anos tenha sido marcada pela oposição entre moderados e duros”(MARTINS FILHO,2004, p.132), apesar da intensa produção historiográfica que defende esta tese.

O mesmo autor defende – contrariamente ao que registrou Joel Ribeiro – que o grupo castelista esteve longe de ser atropelado pelas pressões dos militares duros, argumento defendido por grande parte da produção historiográfica sobre o período. Para João Roberto Martins Filho(2004, p.129), embora “as crises militares tenham obrigado o governo Castelo a rever o ritmo de seus projetos, não parece que as medidas tomadas entre 1964 e 1967 fossem externas aos objetivos de institucionalização da ‘Revolução acalentados no Palácio do Planalto’”. As opiniões são divergentes, e acreditamos que

Joel Ribeiro tem razões para defender que os castelistas eram mais moderados; afinal, considera que a principal liderança desse grupo, Castelo Branco, era considerada, por ele, democrata, segundo dito anteriormente.

A relação de Joel Ribeiro com políticos de carreira – mesmo atuando no mesmo partido – ARENA – foi conflituosa, não obstante os cuidados que tomaram para que as divergências internas não causassem problemas junto ao governo central. Deste modo, o princípio da escolha dos governadores era o mesmo empregado para a indicação dos prefeitos das capitais e cidades consideradas de segurança nacional. O escolhido para governar o Piauí, entre 1971 e 1975, foi um engenheiro, o parnaibano Alberto Tavares Silva, pertencente à família tradicional do Norte do Piauí. Antes de ser indicado governador, foi prefeito de Parnaíba e deputado estadual, filiado à União Democrática Nacional (UDN). Os dois chegaram aos principais postos da administração pública do Piauí, escolhidos pelos militares. Entretanto, o primeiro era um oficial do Exército, que estava na reserva à época da indicação; o outro, conforme dito, era civil, mas com experiência administrava. Quando da indicação para o governo do Piauí, ocupava o cargo de diretor da Empresa de Fornecimento de Energia Elétrica do Ceará.

A atuação dos dois governantes no mesmo período (1971-1975) e a interferência do governador em assuntos relacionados ao município de Teresina provocaram momentos de tensão. Joel Ribeiro, quando solicitado a tratar de sua administração à frente do governo de Teresina, procura diferenciar-se do governador Alberto Tavares e Silva. Representa a administração à frente do município de Teresina da seguinte forma:

Como eu estava desempenhando, com honestidade e respeito ao dinheiro público, um serviço eficaz na cidade, o povo se voltou para o nome de Joel Ribeiro e aquilo devia ferir profundamente a vaidade do governador, creio que o problema está aí. Era um confronto meio silencioso. Eu não botava meu nome numa placa, pergunte as pessoas da época, nunca inaugurei uma obra, nem teve o nome “Administração Joel Ribeiro”, isso não existia, eu botava “A Prefeitura de Teresina”. Também, eu fiz isso com certa sagacidade pra não aumentar, agravar um relacionamento que já estava difícil. E ele viu que eu estava trabalhando, ele percebeu que eu estava trabalhando e que a imprensa me tratava bem. Eu recebi dois jantares, no primeiro e no segundo ano de governo; no fim do primeiro e segundo ano de prefeito, homenagem da sociedade... Um jantar que vocês encontraram, já devem ter visto, foi lá no aeroporto e o outro nas Classes Produtoras. Você vê isso, a espontaneidade da sociedade comigo. Aquilo deveria ferir a ele, e ele ainda não tinha deslanchado, quando eu recebi a primeira homenagem (RIBEIRO, 1996).

Joel Ribeiro admite que existia um “confronto meio silencioso”. Talvez seja necessário dizer que os dois construíram imagens públicas diferentes. Nosso entrevistado, provavelmente em virtude da formação militar, era mais reservado, apesar de destacar que a imprensa o tratava bem; e atribuía o fato ao modo de tratar a “coisa” como coisa pública. Argumenta que agia com honestidade ao empregar o dinheiro. Certamente, deste modo, procurava diferenciar-se também dos civis que o antecederam. Em virtude do bom trabalho como prefeito, avalia que angariou a simpatia do “povo”. Questionamos se reside aí, então, o ciúme do governador. Contudo, Joel informa que não. “Eu não botava meu nome numa placa, pergunte as pessoas da época, nunca inaugurei uma obra, nem teve o nome ‘Administração Joel Ribeiro’, isso não existia, eu botava ‘A Prefeitura de Teresina’”. Acrescenta que começou a receber homenagens de setores da sociedade civil quando o governo de Alberto Tavares e Silva ainda não tinha deslanchado.

Percebe-se o esforço do narrador para buscar sentido em seu passado e dar forma à sua vida, colocando o passado em seu passado histórico. Enfatiza que a imprensa o tratava bem à época em que era prefeito. No entanto, é necessário considerar que, no período, a imprensa foi censurada sistematicamente. Zuenir Ventura, contudo, aponta outra faceta da ditadura em relação à imprensa. “[...] Esse foi o grande trabalho diabólico e perverso. Foi introjetar a autocensura em nós. Foi um momento de sufoco, era difícil respirar culturalmente, publicar um livro, escrever uma peça, tinha um risco muito grande”(2013, p. 51). Os riscos de contrapor-se ao regime eram grandes. Mas não podemos silenciar com relação à “colaboração espontânea das diversas instâncias envolvidas, como os donos de jornais, jornalistas, produtores de cinema e de televisão” (FICO, 2010, p. 188). Sobre tal prática, não é correto pensar que a colaboração mencionada estivesse relacionada apenas por interesses materiais, havia sim convicção política explícita.

Com relação ao segundo entrevistado, o jornalista Carivaldo Marques Teixeira Filho (2011), em entrevista que nos foi concedida, fez a seguinte avaliação sobre o período aqui estudado:

Mas a revolução precisava da imprensa. Quando eles começaram a ter problemas sérios, começaram a ter a necessidade da imprensa do lado deles. É quem foi que criou a acessória de comunicação foi a revolução. E eu acho que isso foi o maior prejuízo que já houve pro jornalismo no Brasil. Não para as empresas de jornais, pelo contrário, foi muito bom, num determinado momento. Eu explico: o governo com a necessidade de ter a informação no jornal, pra poder, claro,

levar a imagem dele para que as pessoas pudessem sentir isso, usou a comunicação como forma de se apresentar pra o seu grande público, que era o único jeito de fazer... Não dava mais pra você ir em cada local se apresentar, tinha que ter a imprensa pra fazer isso.

Carivaldo começou muito jovem, como repórter fotográfico, cobrindo eventos, inaugurações, comemorações para *O Dia*, jornal que aderiu ao golpe no primeiro momento. Pertencia a um oficial da reserva, Otávio Miranda. “O Coronel era... claro que apoiava 64 porque era amigo do Castelo Branco, foi amigo do Getúlio Vargas, ele tem uma história imensa com relação a isso. Ele, claro, apoiava o governo de 64”.

Carivaldo Marques cresceu dentro do jornal, e hoje é sócio da empresa. O aprendiz de historiador precisa considerar sempre o lugar social ocupado pelos autores sociais com os quais trabalha. Lidando com a memória, não nos podemos esquecer de que se pode, a partir desta, aprender sobre o presente, mas este presente, como orienta Antonio Torres Montenegro, “atua relativizando ou deslocando significados acerca daquele passado” (MONTENEGRO, 2010, p. 40). E continua este autor: “e mais se deveria pensar a memória ou a percepção como reflexo ou cópia do mundo, como atividade, trabalho ininterrupto de ressignificação do presente enquanto leitura, a partir de um passado que se atualiza enquanto memória informando a percepção” (Id. *ibid.*).

Ainda sobre a complexa relação entre o Estado e a imprensa no período estudado, faz-se necessário lembrar que o Poder Executivo sempre pôde, no Brasil, manipular grandes verbas publicitárias, determinar sindicâncias contra órgãos de imprensa, negar-lhes financiamento através dos bancos estatais, ou durante a ditadura, apreender toda uma tiragem. As pesquisas sobre o período no Piauí, pelo menos no campo da História sobre essa trama, ainda estão começando. Entretanto, é perceptível a relação entre governantes e proprietários de jornais.

Na década de 1970, ocorreu um processo acelerado de modernização nas oficinas dos jornais editados em Teresina. Nesse período, foram adquiridas as primeiras máquinas “off set”. Sobre isso, Carivaldo Marques (2011) relata:

Os jornais melhoraram de qualidade, o formato deles foi trabalhado. O jornal passou a ter uma diagramação, passou a ter um tratamento gráfico diferenciado. Mas aí é que entrou também, nesse mesmo período, final dos anos 1960, um negócio chamado *off-set*, entrou também um negócio chamado computador na produção dos jornais. Então, vários fatores melhoraram os jornais, incluindo dinheiro, dinheiro, muito dinheiro, porque o governo gasta muito dinheiro com a imprensa, ele tem necessidade disso. Então, os jornais viraram empresas. Antes o jornal era coisa do dono, do grupo político. Passou

a ser empresa, a ter empregado formalmente. Então pra poder ter isso tem que ser organizado. Você percebe no período Alberto Silva, pelo menos no nosso caso, a indústria gráfica evoluiu muito, evoluiu como técnica. Nós deixamos de ser clichéristas, nós deixamos de ser tipógrafos, pra poder fazer uma coisa mais acabada. Aí sugeriram os computadores. O jornal O Dia foi um dos primeiros jornais do Brasil a ser informatizado. O jornal Folha de São Paulo veio fazer consultoria aqui junto a nós. Fomos a primeira redação do nosso meio a implantar uma redação informatizada, a botar um computador Cobra 480, que era uma máquina imensa, caríssima.

A narrativa do jornalista é emblemática. Em vários momentos ele faz questão de frisar que o regime militar precisava da imprensa. Ainda no governo de Costa e Silva foi realizado um seminário sob a tutela da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República; ao final dos trabalhos, concluíram que a imagem do governo era ruim. Propuseram medidas para melhorá-la, naquele momento, mas as estratégias propostas não funcionaram da forma desejada. No dia 2 de novembro de 1969, um domingo, apenas três dias depois da posse do general Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República, os coronéis Otávio Costa e Toledo Camargo definiram as diretrizes que norteariam a maior campanha de propaganda política jamais vista no Brasil. A narrativa do jornalista piauiense ganha suporte a partir da proposição do poder central de melhorar a forma de os brasileiros avaliarem o regime militar. “Então, o que melhorou os jornais foram vários fatores, incluindo dinheiro, dinheiro, muito dinheiro, porque o governo gasta muito dinheiro com a imprensa, ele tem necessidade disso”. Ele põe o verbo no presente, afinal de contas é sócio de uma empresa de comunicação e conhece por dentro as formas de relacionamento entre governo e imprensa.

Diante da estratégia do governo federal, as administrações estaduais seguiram o caminho aberto; daí ser necessário problematizar o discurso de Joel Ribeiro quando este afirma que era bem tratado pela imprensa. Sim podia ser bem tratado, mas essa prática tinha um custo. Pode-se dizer que existiam interesses mútuos entre governo e empresas de comunicação.

Voltando à narrativa de Joel Ribeiro, sobre a administração municipal de Teresina e a relação do prefeito com o governador, podemos perceber manifestações de ressentimentos do primeiro em relação ao segundo. O prefeito relata que, em uma primeira homenagem recebida por ele, um dos oradores fez referência a seu nome; e percebeu, naquela ocasião, que o governador tinha preferência por outro nome para o governo do Piauí: “[...] ele disse[o governador] ‘mas nós temos também outros homens

públicos relevantes como o doutor Dirceu”. Nosso entrevistado avalia que o governador tenha se lembrado de outros nomes na intenção de diminuí-lo. A partir daquele momento, o prefeito considerou lançado, à candidatura ao governo do Estado, o nome de Dirceu Mendes Arcoverde, na ocasião, secretário de Saúde na administração de Alberto Tavares e Silva. Joel Ribeiro enfatiza ter sido, à época, constrangido. “Ah! Bandido, tu abriu uma brecha pra eu saber com quem estou lidando, fiquei pensando”. Avalia que o governador não perdia oportunidade de “queimar seu nome”. Continua:

Mas ele tentava me queimar de todo jeito; hostilizava-me; chegou a ponto de eu passar meses sem ir ao Palácio de Karnak, sede administrativa do governo do Estado. Ir pra quê? Pra me constranger ou constrangê-lo?(RIBEIRO, 1996).

A forma como o ex-prefeito representa o período estudado indica que, mal o governo de Alberto Tavares e Silva começou, o nome do substituto já estava sendo articulado; isto o fazia sentir-se preterido pelo governador. Os dois pertenciam à ARENA, como já dissemos, e esse partido, por ter reunido grupos com interesses distintos, era cenário de disputas acirradas. O relato de Joel Ribeiro no campo de batalha da corrida sucessória deixa transparecer o seu ressentimento. Com relação a este sentimento, Stella Bresciani e Márcia Naxara defendem que memória e (res)sentimentos são “duas dimensões inefáveis da condição humana, quando não somos induzidos ou constrangidos a expor por meio da linguagem, ou melhor, das linguagens, aquilo que guardamos no mais recôndito de nosso íntimo”(BRESCIANI, 2001, p.9). Trabalhar com fontes orais é assumir a decisão de ouvir também sobre os ressentimentos da vida dos humanos. Não é simples lidar com essa “questão sensível,” uma vez que trabalhamos com “a história dos ódios, dos fantasmas da morte, das hostilidades, ou do não lugar dos excluídos e das identidades recalçadas” (BRESCIANI, 2001, p.12).

Antes de finalizar o texto, precisamos registrar que não empregamos as duas entrevistas como se estas fossem um retrato da realidade, contudo, nenhuma delas foi montada em base falsa. Antes de considerar se o que um entrevistado narrou é mentira, se faz necessário avaliar, por exemplo: Quais foram suas razões? Quais as razões que determinaram o seu silêncio? Sabemos que existem pessoas que informam haver participado de modo ativo de um acontecimento, quando, na verdade, sua atuação, neste, foi inexpressiva ou efêmera. De modo geral, somos tentados por projetos vencedores, o que não significa necessariamente a inexistência de projetos malsucedidos. “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria

fazer, o que acreditava estar fazendo e agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p.31). É preciso considerar, ainda, que todas as fontes com as quais trabalhamos possuem certo grau de subjetividade; mas nenhuma, em medida igual, detém a subjetividade daquele que partilha sua vida e experiências com o entrevistador.

Consideramos que o registro de Janaína Amado, em 1997, sobre a relação ética e história oral continua atual.

Conversar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parceria muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos (como acontece quando o diálogo é com os mortos), mas trará consequências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais (AMADO, 1997, p.146).

Uma entrevista é um diálogo entre uma e outra pessoa ou um grupo de pessoas. Faz-se necessário que haja um clima de respeito e confiança entre o entrevistador e o(s) entrevistado(s). Isto não significa submissão das partes. Em algum momento da entrevista com Joel Ribeiro, por exemplo, fiquei me perguntando se este não estava aproveitando nosso trabalho para uma espécie de ajuste de contas com Alberto Tavares e Silva. Ao longo da entrevista, pudemos observar que o relato do ex-prefeito de Teresina, em nenhum momento, resvalou para a fofoca. Ao citar as duas entrevistas, procuramos recortar trechos nos quais os entrevistados tivessem o desenvolvimento de seus raciocínios em frases completas. Os entrevistados foram informados dos objetivos dos projetos. Empregamos duas entrevistas e suas falas não foram “liquidificadas”. Tomamos os cuidados que o historiador precisa tomar quando trabalha com pessoas vivas, posto que elas não são “papéis”.

Vivemos em um mundo no qual as comunicações avançaram de forma nunca vista. No que se refere às formas de divulgação das entrevistas, elas precisam ser discutidas com afinco. O Centro de Pesquisas e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) já disponibiliza entrevistas na rede (Internet), essa iniciativa pode se transformar em uma prática generalizada, porque uma coisa é empregar entrevistas na construção de trabalhos acadêmicos, outra é publicá-las *in totum*. Temos que levar em conta o fato de que sempre que trabalhamos com pessoas, ouvindo os seus relatos, visamos produzir outra narrativa que pode ser uma fita, um vídeo, um livro, um artigo.

Temos lido sobre questões que atravessam o mundo daqueles que trabalham com a História Oral. Uma delas é que a entrevista de História Oral consiste em narrativa. Não há dúvida, empregamos a expressão repetidas vezes neste artigo. Contudo, trata-se de uma narrativa que possui características próprias, diferente da autobiografia, do romance. Verena Alberti é peremptória “[...]confundir a entrevista de História Oral com obras de ficção é fechar os olhos àquilo que a entrevista efetivamente documenta. E se afirmo que ela não é ficção, isso não quer dizer que eu negue sua força narrativa, que pode ser imensa”(2004, p.10). A discussão é intensa e relevante, mas não há como fazê-la aqui. Sobre a relação entre história e ficção, Roger Chartier afirma “[...]a história qualquer que seja ela, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, mesmo a mais conceitual, permanece sempre dependente das fórmulas que governam a produção de narrativas, seja de história, seja de ficção”(2011, p.356).

Em nossa rotina de trabalho, construímos nossos objetos, nossos fatos com base em um desejo, que envolve escolhas, à procura de construir narrativas que sejam inteligíveis. Quando selecionamos nossos entrevistados, temos como norte um projeto, construído a partir de inquietações. Entretanto, seguimos regras e construímos uma narração histórica, que, mesmo partindo de elementos dispostos em um “mundo caótico”, que “[...] não tem relação entre si, combinam-se para o leitor com coerência e constituem, no final, a imagem de uma totalidade acabada.”(ZILBERMAM apud Jauss, 2011, p.156). Por fim, trabalhamos com um acontecimento ou uma série deles, nos quais os atores sociais existem apenas uma vez, e os representamos em tempos distintos, afinal, a história é uma ciência dos homens no tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. *Manual de história oral*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e História Oral. *Projeto história*. São Paulo, 15, abr. 1997.

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

CAMARGO, Aspásia. Quinze anos de história oral: documentação e metodologia. In: ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CEPRO. *Projeto de implantação das atividades de história oral*. Teresina: Fundação CEPRO, 1989.p.3.

CHARTIER, Roger. A verdade entre a ficção e a história. In: *História, verdade e tempo*. SALOMON, Marlon (Org.). Chapecó, SC: Argos, 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIAS, José Luciano de Mattos. “Registro oral, história e grandes organizações” In: *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v.9, n.1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1990.

MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisitada: unidade ou desunião. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

MEYER, Eugenia. O fim da memória. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, jan./jun. 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

NASCIMENTO, Alcides do. *História e memória da Rádio Pioneira de Teresina*. Teresina: Alínea, 2004.

PASSERINI, Luísa. *A memória entre política e emoção*. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PINTER, Harold. In: LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto história*, 17 nov. 1998.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

POTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto história*, São Paulo, (15), abr. 1997.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto história*. São Paulo (14), fev. 1997.

RIBEIRO, Joel da Silva. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento, Laércio Barros Dias e Regianny Lima Monte. Teresina, 1996.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos de abusos da história oral*. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

TEIXEIRA FILHO, Carivaldo Marques. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento Albert Aurélio Lima. Teresina, 2011.

VENTURA, Zuenir. Eternamente contemporâneo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 95, ago. 2013.

ZILBERMAN, Regina. Leitura e materialidade da história da literatura. In: ROCHA, João Cezar de Castro(Org.). CHARTIER, Roger. *A força das representações: história ficção*. Chapecó, SC: Argos, 2011.

Artigo recebido em 30/8/2013

Artigo aceito em 13/12/2013